

no tempo volteador (*Grande sertão: veredas*)

CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO

NUMA ENTREVISTA,¹ recordando a infância, o escritor João Guimarães Rosa declarava-se arredio aos adultos, recolhendo-se às suas preferências: “estudar sozinho e brincar de geografia”. Ao associar a geografia a uma atividade lúdica, Rosa demonstra que, para um menino solitário, “viajar” pelo mundo era atividade prazerosa.

Sua formação em medicina respondia àquele seu lado cientista-amante do naturalismo: botânica e zoologia. Mas sua fraca vocação para o exercício da medicina exibiu outros tesouros de sua sabedoria, como ser poliglota, estudioso compulsivo de muitas línguas e leitor onívoro de literaturas, religiões e filosofias. Tesouro que, em se acumulando, vai privilegiar sua vocação suprema como escritor.

O fascínio pelo mundo, que o leva à diplomacia, fará enriquecer, com o estudo, aquilo que fora brincadeira em geografia. Em suas funções no Itamaraty, foi diretor de Divisão de Fronteiras e representante do Ministério das Relações Exteriores junto ao Conselho Nacional de Geografia, do IBGE.

Assim, do lúdico ao erudito, a geografia aflorará, de modo destacado, na sua obra. O herói de *Grande sertão: veredas* – Riobaldo –, também ele, demonstra pendores geográficos.

Tive mestre, Mestre Lucas, no Curralinho, decorei gramática, as operações, regra de três, até Geografia e Estudo Pátrio. Em folhas grandes de papel, com capricho, tracei bonitos mapas. (p.15-6)

Um forte pendor que, na Geografia do Brasil, direciona o escritor das Minas Gerais para o *Sertão*. Minas sem mar, interiorizada no *Sertão*.

O sertão no Brasil e no mundo (uma bifacialidade janusiana)

Na longa narrativa pela qual se estrutura o romance *Grande sertão: veredas* tem-se enfatizado, com insistência, o dualismo ensejado pelo falso diálogo entre o ex-jagunço Riobaldo e seu ouvinte invisível: o campo inculto em face do saber cidadão erudito. Talvez o meu lado geógrafo leve-me a propor acrescentar aquele outro entre o litoral e o interior. Nas dimensões continentais da geografia brasileira avulta aquele dualismo – significativo embora alegórico – entre a

face externa de Janus, expressa pelo litoral, aberto às comunicações com outras regiões, onde chegam as novidades, importam-se necessidades e exportam-se disponibilidades, em contraste com aquela voltada para o interior, ignota em princípio, lentamente conquistada.

Enquanto a face externa (litorânea) abre-se às trocas, intercâmbios e facilidades de mudanças, aquela interna – num espaço, mas distanciado no qual o tempo flui mais lentamente – indutora da conservação, do mergulho sobre si mesmo, do refúgio. Enfim, a oposição básica e fatalmente complementar entre a integração (face externa) e a auto-afirmação (face interna).

Sentimento contrastante perceptível em todos os países de grande extensão, nos diferentes continentes onde se diferenciam o *avant* e o *arrière pays*, dos francófonos, o *front* e *back lands* dos anglófonos. Talvez pela associação ao coração “desértico”, isso é especialmente sensível na Austrália, onde a implantação britânica no litoral foi um suave “transplante” para um domínio subtropical em violento contraste com o *out back* do *bush* degradando-se até o deserto, preservador do aborígene e escassamente aberto à coragem audaciosa do “*jakaroo*”.

Dentro da polissemia brasileira dos sertões – de feições geográficas bem variadas –, a constante fundadora da semântica do termo parece estar vinculada a *interior*.² As Minas Gerais, conquistadas do final do século XVII, e especialmente ao longo do XVIII, juntando a mineração à pecuária, são bem um domínio interior, no qual as ocorrências de sertões permitem a proposta roseana de um *Grande sertão*. Face interna, de auto-afirmação (rebeliões, inconfiáveis vindando ali antes do litoral), de desconfianças, de cautelas. Face interior que é a base de uma mineiridade da qual Guimarães Rosa é uma magnífica expressão.

Ambigüidades no labirinto (a coisa dentro da outra e a sobrecoisa)

O *Grande sertão: veredas*, mais do que qualquer outra obra de Guimarães Rosa, admite muitas entradas e poucas saídas. Daí sua associação freqüente à idéia de um “labirinto”. A partir do arquitetar da escritura – numa narrativa caudal dispensando partes ou capítulos, com uma linguagem peculiar, e o ziguezaguear ao sabor do fluxo da memória do ex-jagunço pouco letrado –, tudo representa um desafio ao leitor. Desafio esse que exige cautela, concentração e persistência. Vencida nessa obra essa barreira fundamental, “há de tudo para quem souber ler, e nela tudo é forte, belo, impecavelmente realizado. Cada um poderá abordá-la a seu gosto, conforme o seu ofício: mas em cada aspecto aparecerá o traço fundamental do autor: a absoluta confiança na capacidade de inventar” (Candido, 1957).

Em sua magistral análise do *Grande sertão: veredas*, intitulada *As formas de falso*, Walnice Nogueira Galvão (1986, p.13)³ assinala que o princípio organizador da obra é a “ambigüidade” e que a estrutura do romance é também definida por um padrão dual recorrente: “A coisa dentro da outra [...] é um padrão que comporta dois elementos de natureza diversa, sendo um o continente e outro o con-

teúdo”. Isso se reflete no fato de se encontrarem, no meio do romance, estórias ou casos aparentemente como peças soltas, mas na realidade obedecendo a uma matriz estrutural. Abunda, ao longo da narrativa, uma série de “estórias” desde pequenas – os causos do Aleixo, com seus filhos cegados pelo sarampo; do Pedro Pindó, com seu filho Valtei, e outros – até aquela longa estória de Maria Mute-ma –, todos eles com conteúdo bem significativo na arquitetura geral da trama.

Esse “embutimento” – tipo caixinha chinesa ou copo de escoteiro – é agravado por aquela outra preocupação, pertinente ao Compadre Quelenem, aquele sábio sertanejo que, ambicioso: “quer não é o caso inteirado em si, mas a sobrecoisa, a outra coisa”.

Assim sendo, essas coisas “embutidas” e “aureoladas” – uma intrincada polissemia – requerem dobrada atenção do leitor. E ousou dizer que essa complicada estrutura do romance assenta bem à compreensão do sertão embutido no Brasil de tal modo que, como face interna, auto-afirmadora, ele representa muito do caráter “nacional”, ao mesmo tempo que sua “auréola” – sua sobrecoisa – transcende o regional projetando-o ao “universal”.

Essas considerações parecem-me capitais para aqueles que, penetrando no intrincado labirinto roseano, possam extrair real proveito para o seu “ofício”. E sobretudo para o ofício da geografia.

O espaço iluminado (geografia e metafísica)

A ambigüidade no romance decorre, em grande parte, da própria natureza da personagem narradora em sua condição de semiletrado detentor de um saber obscuro, cheio de dúvidas, desconfiado mas inseguro que, no fluxo (psicanalítico) lançado a seu ouvinte instruído, para aconselhar-se sobre os seus problemas de consciência na pregressa vida de jagunço, precisa não só apresentar-se isoladamente como indivíduo, mas também devidamente integrado à sua terra – o sertão –, nas suas lutas (exteriores e interiores), nos seus problemas.

Embora o conhecimento do sertão roseano requeira a associação entre a Terra, o Homem e a sua Luta ou o seu problema – aqueles elementos que estruturam o clássico *Os sertões* de Euclides da Cunha –, há profundas e radicais diferenças entre as obras do engenheiro cientista e do diplomata escritor.

Há quem considere o *Grande sertão: veredas* uma reescrita de *Os sertões*,⁴ tese da qual discordo totalmente. Uma coisa é um engenheiro, estranho à região, imbuído de altos conhecimentos científicos (da época) “denunciar” para a nação a iniquidade do massacre de adeptos de um movimento messiânico, por ignorância da realidade natural e social do sertão baiano, e outra é uma elaboração estética, altamente poética, de um romance no qual um vero sertanejo, no seu saber obscuro, “desvela” o seu problema pessoal como parte da realidade natural e sociopolítica do sertão mineiro. Um libelo, uma explicação “científica”, uma denúncia, uma “revelação erudita de um lado”. Um “desvelamento” literário, artístico, um poema encantatório, de outro.



Capa da 1ª edição de Grande sertão: veredas e orelhas de outras edições desenhadas por Poty.

A narração de Riobaldo ao seu interlocutor invisível, no início logo após o esclarecimento sobre os tiros ouvidos e o caso de bezerro, esclarece sobre o sertão: “O senhor tolere. Isto é o sertão” (Rosa, 1965, p.9).⁵

E na explicação inicial, Riobaldo apresenta o sertão em seus aspectos essenciais do ponto de vista geográfico, em três caracteres definitivos:

- a) O sertão é uma unidade na diversidade. Ele é composto de grandes chapadões, fracionados em tabuleiros e com variadas formas intermediárias (tabuleiros chapadosos), coberto de cerrados, de feições as mais variadas; as serras, que por vezes os atravessam ou emolduram, às vertentes das quais nicham-se matas; vales de rios que os atravessam, em diferentes ordens hierárquicas – filiadas à grande artéria, o rio do Chico – e seus afluentes, dentre os quais se destaca o Urucuia, em generoso vale de matas, atraindo povoação; os “gerais” correndo em volta, sem tamanho e dentro do complexo conjunto, variedade de subunidades segundo a presença da água naquele pacote de rochas sedimentares, notadamente calcáreas, com lagoas e várzeas, brejos, atoleiros. Outras vezes nas escassez dela, nos baixões secos, areiões etc. E avultando em todo esse complexo conjunto, o contraste supremo, em seus oponentes higrométricos: o difícil e rude sertão e “o verde macio”, “belimbeleza” das veredas. Os acidentes simbólicos do pensamento taoísta; o *yang* e o *yin*.
- b) A essa complexidade junta-se a imprecisão dos limites, em horizontes fugidios segundo a “percepção” dos habitantes. “Enfim. Cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O Sertão está em toda parte” (Rosa, 1965, p.9).

- c) Percepção essa ligada àquela sensação interior de isolamento, lugar de refúgio, onde se vive “arredado do arrocho de autoridade”. Enfim: “Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o *pensamento da gente* se forma mais forte que o *poder do lugar*” (grifos meus).

Assim, o caráter geográfico, dentro de sua complexidade e imprecisão de limites, é percepção que se afirma interiorizada, produzida dentro do Homem. Firma-se aqui o vínculo indissolúvel entre “real” e o “mítico” na geografia do sertão.

Antonio Candido (1957), em sua análise pioneira, assinala brilhantemente essa dualidade. Após iniciar a apreciação sobre a Terra, registra que: “O meio físico tem para ele [Guimarães Rosa] uma realidade envolvente e bizarra, servindo de quadro à concepção de mundo e suporte do universo inventado”.

Em toda a narrativa aparecem as referências a numerosos lugares, acidentes geográficos, em sua grande maioria identificáveis e localizáveis nos mapas. Nessa riqueza de toponímia, os nomes – dos lugares como das pessoas (antroponímia) – são quase que sacralizados: “Nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado” (Rosa, 1965, p.42).

Nessa fartura de lugares, muitas vezes os seus nomes servem e se ajustam às intenções simbólicas na invenção criativa do escritor. O afluente “De Janeiro”, ao desaguar no São Francisco, no episódio do encontro do adolescente Riobaldo com o Menino, e seu passeio de barco, identifica-se comodamente com Janus, padroeiro das travessias. Francis Utéza⁶ demonstra como os lugares onde ocorrem os fatos decisivos da trama romanesca são realçados pelos seus nomes. Por exemplo: Medeiro Vaz morre no Marcavão – passagem para o outro lado da vida – à margem do rio do Sono.

Aliás, a presença da água, ou seu escoamento na vastidão da paisagem – desde os brejos que se juntam, para formar os rios, à magia das veredas verdejantes de buritis até os grandes caudais: o Urucuia vindo do obscuro poente para o iluminado nascente (W-E) e o pai de todos, o São Francisco, oferecendo diferentes situações de “travessias” são, ao longo da narrativa, o símbolo do incessante e perigoso fluxo da vida. E os lugares dos grandes momentos do romance estão sempre vinculados aos cursos d’água.

Mas há ocasiões em que o autor toma a liberdade de criar sítios e nomes sem respaldo cartográfico e efetividade corográfica. E Antonio Candido (1957, p.7), que não é geógrafo, percebeu claramente e advertiu:

Cautela todavia. Premido pela curiosidade, o mapa se desarticula e foge. Aqui um vazio; ali uma impossível combinação de lugares; mais longe uma rota misteriosa, nomes irrealis. E certos pontos decisivos escapam de todo. Começamos então a sentir que a flora e a topografia obedecem freqüentemente à necessidade de composição; que o deserto é sobretudo projeção da alma⁷ e as galas vegetais simbolizam traços afetivos. Aos poucos vemos surgir um universo fictício, à medida que a realidade geográfica é recoberta pela natureza convencional.



Cortesia IEB-USP - Fundo João Guimarães Rosa

João Guimarães Rosa em seu escritório em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Meu caro Embaixador:

Ontem conversando com o crítico uruguaio Monegal, ouvi dele que considera você o maior escritor em prosa da Am. Latina. Achei pouco. Mais tarde, conversando com o Ungaretti, disse-me ele que o Caillois considera você o maior escritor em prosa do mundo, neste momento. Como vê, a verdade progride. Mas eu lhe peço lembrar que o primeiro a dizê-lo foi este seu criado...

Antonio Candido

Para um escritor que transgride o léxico, cria palavras, trata a língua como coisa dinâmica, “em estado de ebulição”, por que não transgredir a realidade geográfica? Assim como a língua não fica desfigurada, por que o seria a corografia? Contudo, há aqueles que, obcecados pela objetividade e o real, insistem nessa pesquisa.

O Liso do Sussuarão parece-me um caso típico de criação. Uma criação para refletir um estado de espírito – ora dificultoso em demasia de ser atravessado ora sem maiores dificuldades – mas como que se colocando dentro de limites lógicos de verossimilhança. O Liso do Sussuarão não é um deserto com oásis de tamareiras, o que seria absurdo de conceber, mas algo que emprestou elementos do Raso da Catarina ou do Jalapão em sua composição. Mas parece que já houve felizardos que conseguiram identificar e localizar cartograficamente não só o Liso do Sussuarão enquanto outros continuam procurando-o.⁸

Talvez o Liso do Sussuarão – cujo nome masculinizado de um grande felino reforça a condição psicológica de medo – seja o exemplo mais vultoso dessa transgressão corográfica. Mas há outros casos. Destaque merece também aquele das Veredas Mortas, lugar onde ocorre o pacto, que depois é revelado como sendo Veredas Altas. O lugar cujo nome trocamos, que se aparenta ou que não existe bem, pode ser obra do inconsciente. Dentro do espaço geográfico, o lugar – com seu nome – revela a instância pessoal, individual. O lugar como que serve a defini-lo em sua fragilidade, em sua precariedade, ao longo da sua “travessia”. Daí ele estar embaralhado, como no jogo de cartas, misturando o real ao imaginário. O físico ao metafísico.

Por conseguinte, a fruição geográfica do texto requer que o geógrafo esteja atento a uma preciosa sintonia. Assim como os acidentes topográficos, os lugares, para sair do nível corográfico e atingir o “geográfico” – o jogo de interações e correlações –, os símbolos ou signos (nível imaginário) estão articulados também num “sistema” o qual é preciso descobrir, conhecer. Tarefa nem sempre fácil, já que a simbologia admite um jogo de antitéticos, contrários que cumpre decifrar. O Homem, ser social, vivendo num dado espaço, num certo tempo, em sua travessia lida com a realidade – moldura de sua “identidade” –, e o metafísico (a sobrecoisa) – que lhe traça o “destino”.⁹

E na condição indissolúvel de “espaço-tempo”, é preciso notar o caráter de que se reveste o tempo nesta geografia iluminada de metafísica na História do *Grande sertão*.

O tempo volteador (História e estórias)

Uma das muitas dificuldades em alcançar saída no labirinto que é a narrativa do *Grande sertão: veredas* é que além do fluxo contínuo – que não possibilita divisões ou subdivisões em partes ou capítulos – o desenvolvimento não é absolutamente linear. Decorrencia mesmo da oralidade e do fluxo da memória, a narrativa antecipa eventos, colocando-os numa falta de ordenação que requer do leitor do livro uma atenção redobrada, difícil de acontecer numa primeira lei-

tura, mas em subseqüentes. Apenas no terço final da narrativa os acontecimentos colocam-se em ordem cronológica linear. O tempo do narrador não é o do relógio – no dia-a-dia – nem obedece a uma cronologia ordenada. Produzem-se muitos volteios.¹⁰

Não. Eu estou contando assim, porque é meu jeito de contar. Guerras e batalhas? Isto é como jogo de baralho, verte, reverte.[...]

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem não misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que eu real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela hoje vejo que eu era como se fosse diferente pessoa. Sucedido desgovernado. Assim eu acho, assim é que eu conto. O senhor é bondoso de me ouvir. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe. (p.95)

O narrador não fornece datação exata das ocorrências e quando menciona alguma o faz de maneira imprecisa. Uma das mais destacadas e que só aparece no final é aquela do batistério de Diadorim (aliás Maria Diadorina) na matriz de Itacambira – “em um 11 de setembro da era de 1800 e tantos” (p.568). Com dificuldade coletam-se outras vagas referências. Uma menção ocasional: “Os revoltosos depois de passarem por aqui, soldados de Prestes, vinham de Goiás...” (p.95). Outra a um ataque a Januária e Carinhanha, referida a Riobaldo pelo seu pai, como tendo ocorrido “nas eras do ano de 79” (p.108).

Considerando-se que se o nascimento do Diadorim deu-se no final dos anos 80 do século XIX, e não se distanciando em idade daquela de Riobaldo, os dois jagunços no auge dos acontecimentos – a morte de Hermógenes – deveriam estar pelo final dos vinte, princípio dos trinta anos. Importante, contudo, é associar-se a época da jagunçagem em Minas com aqueles movimentos na Bahia e no Piauí. É explicitamente registrado no *Grande sertão: veredas* que um dos jagunços de Medeiro Vaz (Titão Passos), após uma refrega malsucedida contra “os judas”, logo antes da morte daquele chefe, foi colocar-se sob a proteção do lendário coronel Horácio de Mattos, chefe político nos sertões baianos com famosa jagunçada nos sertões do São Francisco nos anos 1910 e 1920. No Piauí, a jagunçada foi decorrência da derrocada da extração do látex da maniçoba – um pálido complemento do ciclo da borracha amazônica no Meio-Norte –, quando os maniçobeiros (oriundos do Nordeste oriental, notadamente Pernambuco e Ceará) desocupados puseram-se a serviço dos latifundiários criadores em suas disputas pela posse da terra e ascensão ao poder político. A jagunçada do Sul do Piauí foi erradicada em 1924, pouco antes da entrada, naquele estado, da Coluna Prestes que, como se sabe, findou-se em terras da Bolívia em 1927.

Com esses artifícios pode-se seguir o contorno da militância guerreira de Riobaldo e Diadorim, no início da República, antes do seu “envelhecimento” com a Revolução de Trinta.

O Império já é passado um tanto remoto, como sugere uma velha carta encontrada na abandonada casa grande da Fazenda dos Tucanos, na qual se falava no imperador e da existência de “escravos”. A “narrativa”, quando Rio-baldo deixara a jagunçagem, coisa do passado, e se tornara fazendeiro, num sertão “demudado” com a entrada de zebu e inclusive mudança de nomes dos lugares,¹¹ deve ter ocorrido no final dos anos 1940, quando – retornando o diplomata escritor da Europa após a guerra – principia suas viagens pelo sertão. De nenhum modo, no seu tratamento do tempo, Guimarães Rosa no *Grande sertão: veredas* intenta uma História marcada por uma cronologia exata, apoiada em fatos documentados e dirigida aos grandes vultos detentores do poder. Numa frase muito feliz Walnice Nogueira Galvão (1986, p.63) diz que Guimarães Rosa “dissimula a História para melhor desvendá-la”.

O conteúdo histórico a ser extraído da narrativa de um sertanejo, de saber obscuro, em suas vivências no sertão distante, pouco povoado e de comunicações difíceis e morosas, sobretudo para uma vida errante de jagunço,¹² só poderia emergir de sua própria individualidade e de sua vida. Assim, a “História” possível (em escolha deliberada na criação artística) é aquela que se tece a partir das inúmeras “estórias”, emanadas da oralidade dos “causos”, da música das cantigas, do imaginário popular, reveladora dos arquétipos, do inconsciente coletivo. O que vale dizer que, nesse sertão, em sua geografia, onde o real da natureza é percebido pela mediação do mítico e em sua História, extraída da vivência cotidiana e dos problemas dos escassos habitantes, no seu distanciamento espacial e retardamento temporal, existe um verdadeiro laboratório para compreensão da “cultura”. E essa visão interior – a máscara da auto-afirmação, a coisa (sertão) dentro da outra (Brasil) – expressa no romance *Grande sertão: veredas* serve bem à compreensão da realidade brasileira. Pela dinâmica dos processos variados que se unem, conjuntivamente, na gênese de nossa cultura, ainda não consumada mas em pleno “fazimento”.

As dimensões da cultura (do real, pelo lúdico ao mítico)

Ao lado do referido pendor geográfico de Guimarães Rosa, é muito conveniente sondar suas disposições em face de ciências puramente humanas, sobretudo porquanto sua obra revela exaltados pendores, para as naturais, como botânica e zoologia.

Em uma carta de Guimarães Rosa a seu amigo Vicente Ferreira da Silva, datada de 21 de maio de 1958,¹³ encontramos o seguinte:

Desconfio que sou um individualista feroz, mas disciplinadíssimo. Com aversão ao histórico, ao político, ao sociológico. Acho que a vida neste planeta é caos, queda, desordem essencial, irremediável aqui, tudo fora de foco. Sou só RELIGIÃO – mas impossível de qualquer associação ou organização religiosa: tudo é o quente diálogo (tentativa de) com o ∞. O mais você deduz.

Se juntarmos a isso aquela preciosa valoração de pontos, de zero a dez, por ele apresentada¹⁴ a seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri (1980, p.58) e citação quase obrigatória por parte dos estudiosos de sua obra:

Como apreço de essência e consideração, assim gostaria de considerá-los: a) cenário e realidade sertaneja: 1 ponto; b) enredo: 2 pontos; c) poesia: 3 pontos; d) valor metafísico religioso: 4 pontos. Naturalmente, isto é subjetivo, traduz só a apreciação do autor, e do que o autor gostaria, hoje, que o livro fosse. Mas, em arte, não vale a intenção. Dei toda esta volta, só para reafirmar a você que os livros, o *Corpo de baile* principalmente, foram escritos, penso eu, neste espírito.

Para aqueles que abordam sua obra pelo ofício da geografia é fácil constatar que ela não está para ser sondada apenas naquele item de cenário e realidade sertaneja, com o valor mais baixo, de apenas um ponto. Em verdade, ela pode ser percebida também no enredo, na trama romanesca e até mesmo na rubrica da poesia. Isso sobretudo porquanto o amor à natureza lhe ter sido “ensinado” por Diadorim e ao longo da narrativa, cada vez que essas lembranças são evocadas, a paisagem (cenário) merece os mais elevados momentos poéticos da escritura.

Quanto à confessada “aversão” que o autor tem pela história, sociologia e política deve ser entendida sobre aquilo que está além do vivido e demonstrado pela condição humana e que, por parte dos adeptos do racional, da “megera cartesiana” elaboram as Teorias. Não seria possível deixar de perceber e coletar informação nesses domínios das ciências humanas no *Grande sertão: veredas*. O que não se encontra são os vieses da “megera ideológica”.

Antes de pretender demonstrar que o conteúdo sociológico e político, ao lado da História peculiarmente entretecida em estórias, recorro a outro esclarecimento que Guimarães Rosa dá a seu tradutor italiano. Em carta datada de 3 de janeiro de 1964 (Bizzarri, 1980, p.81), a propósito da colocação de uma nota de pé de página, elucidativa do Coco de Chico Braboz, comenta o autor a seu tradutor:

Simplemente sotoposta [a nota] ao Coco, quebra o encantamento mágico, a que visamos, e traz o acento para o aspecto “documental” do livro – que é apenas subsidiaríssimo, acessório, mas um “mal necessário”, mas jamais devendo predominar sobre o poético, o mágico, o “humor” e a transcendência metafísica.

Parece-me claro que esses “subsídios” ou “acessórios” políticos e sociológicos existem, até abundantemente, ao longo de toda trama romanesca do *Grande sertão: veredas*.

A penetração das normas administrativas, a aplicação da justiça no interiorizado sertão, ao início de vida republicana brasileira – em relação às permanências que vigoram até o presente –, eram por demais precárias, dando ensejo a que os donos das terras, dos latifúndios do criatório de gado, em disputa entre eles mesmos, recorressem àquelas formas de “*sobregoverno*” (poderes paralelos)

que explicam a própria gênese da jagunçada. E o painel de “chefes” apresentado por Guimarães Rosa no *Grande sertão: veredas* é bastante expressivo ao exibir o carisma de Joca Ramiro, a coerência idealista de Medeiro Vaz e a esperteza do ladino Zé Bebelo (o mais brasileiro deles).

Em trabalho anterior a esse (Monteiro, 1998), procurei demonstrar a importância do conteúdo sociológico que pode ser captado no *Grande sertão: veredas*, tanto por uma colheita de fragmentos e informações ao longo de toda a narrativa quanto – e especialmente – concentrado no momento supremo do romance, ou seja, quando após o “pacto” nas Veredas Mortas Riobaldo faz sua opção definitiva –, sua decisão de, após vencido o Hermógenes, torna-se fazendeiro.¹⁵ Riobaldo, ele mesmo, tinha suas origens entre os dois extremos da escala social sertaneja, já que era filho bastardo do Coronel Selorico Mendes e da serva Bigrí. No itinerário do Pubo-Sucruíú-Valado, ele, em poucos dias, tem o desfile completo da escala social sertaneja. Os miseráveis catrumanos do Pubo; os enxadeiros moradores do Sucruíú, mão-de-obra explorada pelo Coronel Habão, atacada pela bexiga preta; os jagunços – saídos da massa dos vaqueiros ou alguns semiletrados como ele próprio; o grande fazendeiro – criador de gado e lavouras de cana e arroz –, além daquele chefe Zé Bebelo aspirante ao poder político.

A comparação entre o fazendeiro Habão e sua condição de jagunço é muito clara:

O que me dava a tal inquietação, que era de ver: concluí que fazendeiro-mor é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório. (p.390)

E, sobretudo, a comparação entre os extremos da escala social; a riqueza do Seu Habão e a miséria dos catrumanos:

Eu acho que, homem só vendido ao dinheiro e ao ganho, às vezes são os que percebem primeiro o atíço real das cousas, com a ligeireza mais sutil. (p.405)

E outro extremo:

De homem que não possui nenhum poder nenhum, dinheiro nenhum, o senhor tenha medo. O que mais digo: convém nunca a gente entrar no meio de pessoas muito diferentes da gente. (p.367)

Entre os dois extremos, devem-se também evitar escalas intermediárias. Ante a maneirosa e sutil insinuação que Seu Habão demonstra em bem acolher o bando de jagunços de Zé Bebelo, no seu vão ziguezaguear na perseguição dos judas, com a intenção de aproveitá-lo para trabalhar em suas lavouras, desfalcada pela peste nos seus servos do Sucruíú, Riobaldo não admite e rebela-se ante a idéia:

Mas a natureza dele [Habão] queria, precisava de todos como escravos [...] Nós íamos virando enxadeiros. Nós? Nunca! (p.392)

Para agravar a situação, Riobaldo percebe sinais de vacilação – sintoma de medo – no seu chefe Zé Bebelo em continuar à procura e enfrentamento dos “judas”.

Diante de um tal estado de espírito, Riobaldo toma a sua decisão capital: na “Veredas Mortas” firma o “pacto”. Por fidelidade (e amor) a Diadorim cumpre derrotar os Hermógenes. Para tanto, fortificado pelo “pacto”, precisa ser o chefe. Poderoso, retorna ao grupo, é proclamado o “Urutu Branco”, destitui Zé Bebelo, é presenteado pelo Seu Habão com o seu cavalo; recusa para ele o nome de Barzabu em favor daquele de Siruiz (a preferência pela doçura da poesia contra a aspereza do demo), humilha o capitão Habão fazendo-o moço-de-recado com a mensagem de levar a “pedra de topázio” à sua Otacília, e, como chefe – ao lado de Diadorim – parte para a luta final.

Decorridos tempos, já demudado o sertão, Riobaldo faz sua narrativa na condição de “Senhor” – bens e terras herdadas do pai –, mantendo a seu redor seus antigos companheiros jagunços, na condição “fraterna” de meeiros, moradores de “suas” terras como pacto de fidelidade e ajuda em caso de precisão.

Riobaldo acomoda-se naquilo que julgou ser o melhor para ele. Ele nunca foi um revolucionário; mesmo sua entrada e militância na jagunçagem foi obra das circunstâncias e não de uma vocação. Como Riobaldo, Guimarães Rosa não é um escritor revolucionário. Como escritor, romancista, ele se filia mais a Dostoiévski, que também evitava o político ideológico. Diante dessa posição do escritor não faltam “cobranças” (quando não, patrulhamento) ideológicas.

O traço de ligação que é a fonte primordial da condição humana é o eco da transposição da categoria “espaço-temporal” em categoria “moral-psicológica” que coloca o homem entre o jogo de oponências, entre as luzes e as trevas (a caverna platônica), entre o bem e o mal (Deus e o diabo) que se reduzem à dicotomia básica: o conhecer e o desconhecer.

Enquanto não atinge esse grau de conhecimento, o sertanejo jagunço embrenha-se no seu espaço natural complexo, sobre o qual o espaço social impõe mudanças, embora lentas, mas a ponto de ser um sertão “demudado” do tempo da narrativa ao tempo da jagunçagem. O tempo volteador, num ritmo lento, embaralha o espaço-tempo de tal modo que a narrada geografia já se revela história. E essa, naquele espaço e naquele voltar, junta antigo e moderno, tecendo uma teia de tempo múltiplos que possibilita a contemporaneidade do não-coetâneo. E esse verter e contraverter de tempo no espaço do sertão privilegia uma visão do processo de elaboração da *cultura* brasileira. Exibindo o sertão mineiro do início do século, uma “fácies” mais primitiva no nosso processo de formação de *cultura* em andamento, ainda não capaz de expressar seus atributos essenciais.

E parece estar aí um dos aspectos dignos de maior realce dentre os muitos contidos em Guimarães Rosa no seu *Grande sertão: veredas*. Há abundância de elementos culturais oriundos de nossa multietnicidade: as raízes indígenas, pelas referências (um tanto longínquas) aos “bugres” (p.22-3), mas muitas e próximas, identificáveis nos lugares, nos costumes da gente sertaneja; as contribuições africanas, nas personagens negras, nas “rezas baianas”, em muitos aspectos. Além do estoque dirigente, de origem lusa, o aporte da língua – em

seus arcaísmos – e da religião católica, assim como a língua, eivada de africanismos, kardecismos etc. E aquela contribuição que extravasa do português, do ibérico, para o estoque europeu ocidental, em aspectos bem remotos, medievais e renascentistas que foram trazidos pelos colonizadores e ainda hoje – no interior sertanejo, no Grande Sertão em sua conformação máxima incluindo os sertões nordestinos – correm na boca dos contadores de histórias, dos contadores e na literatura de cordel.

A própria trama da jagunçagem liga-se aos cavaleiros andantes, e o próprio Diadorim molda-se nos mitos da donzela guerreira (Clorinda e Tancredo, por exemplo). O próprio Riobaldo encantou-se com o livro *Senclér das Ilhas* que encontrou em casa do único morador do Currais-do-Padre e no qual, no deleitar dos seus descansos “achou outras verdades, muito extraordinárias”. Sua referência a Gui de Borgonha (p.502) demonstra a permanência sertaneja das histórias do Santo Graal e dos Cavaleiros da Távola Redonda. Quando empresta a Medeiro Vaz a categoria de um “par de França”, vemos aí uma alusão às histórias de Carlos Magno e os doze Pares de França.

Assim, a manifestação de cultura popular é posta sob o foco de uma lente, para uma filtragem pela tradição culta. Tudo isso aparecendo nos inúmeros “causos” semeados a fartura, ao longo da narrativa, extremamente reveladores da mistura real, do lúdico (humor) e sobretudo o mítico.

Nas sociedades primitivas em que o homem, na obscuridade do saber, liga-se visceralmente às forças e formas da natureza, recorre aos “mitos” – aquilo que a natureza reflete da vontade dos deuses e dá significado a sua vida. Conforme ensinou Malinowski (1948, p.79): “O mito desempenha uma função indispensável na cultura primitiva: expressa, possibilita e codifica a crença; protege e reforça a moral; garante a eficiência do rito e contém as regras práticas para a orientação do homem”.

Na arquitetura dessa obra monumental, Guimarães Rosa utiliza todo o arsenal do seu tesouro pessoal de cultura criando na arte literária uma fusão especial tecida pela lingüística – desobediência do léxico, reaproveitamento ou revificação de arcaísmos, geração de palavras novas inclusive pelo acréscimo de barbarismos –; pelas raízes profundas na tradição cultural ocidental – em que caráter helenista incluído de componentes judaico-cristãos –; e pelas componentes metafísicas – convergência de vertentes do hermetismo, da alquimia; e pelas associações com as filosofias e religiões orientais, com destaque para o taoísmo.¹⁶

Conclusões

Diante da complexidade exibida talvez seja pretensioso alcançar “conclusões”, sendo mais realista admitir que se podem pinçar algumas ilações.

A literatura por meio do romance – ficção, criação artística –, em sua proposta de nos dar uma visão particular do Mundo – o homem e seu ofício de viver –, tem que se revestir de uma estrutura espaço-temporal. Isso em qualquer tradição cultural, já que espaço-tempo são categorias *a priori*.

“*Rien n’aura en lieu que le lieu*”, nos disse o poeta Mallarmé. Em verdade, toda uma trama, um enredo que se desenrola sobre uma cena, tudo que é narrado num romance, acontece (“tem lugar”) num *continuum* espacial mais ou menos definido, e a participação do leitor – que não é totalmente passiva como na leitura jornalística – tende a identificá-la a uma realidade concreta, ou seja, “geográfica”. Mas, em tanto que na criação artística, ficcional, haverá, forçosamente, um “espaço artístico” que não pode ser reduzido aos limites estreitos de uma paisagem real.

Assim, o primeiro problema para aqueles que, do ofício da geografia, procuram sondar o seu conteúdo num dado romance tem que sintonizar aqueles dois sistemas espaciais. É de toda conveniência que o sistema geográfico deva ser procurado nos seus atributos mais relevantes, sobretudo em face de alta literatura. Não teria sentido fazer cobranças do trivial geográfico já que um romance não é uma manual de geografia, sobretudo uma velha corografia. Importa muito desvendar as relações entre o sistema do real geográfico com aquele dos símbolos ou signos artísticos na arquitetura da obra.

Os vários relatórios das diferentes missões científicas; os antigos relatos dos naturalistas; as monografias e artigos geográficos que se produziram ao longo dos tempos darão depoimentos circunscritos às épocas de suas produções. A efemeridade dos relatos geográficos diante de um mundo em permanente mutação. O magnífico painel arquitetado literariamente por Guimarães Rosa – como “poema-encantatório” que é – será eterno.

A geografia, embora auferindo indiscutíveis ganhos com as preocupações teóricas e sobretudo quantitativas, descuidou-se muito da “descrição”, empobrecida e quase abandonada nas abordagens regionais. Aquele sabor lablacheano da personalidade dos lugares e regiões foi dado como obsolescências a abandonar. A atual preocupação com um conhecimento mais conjuntivo, uma pregação das virtudes do “holismo” e a proposta de uma nova geografia humanística, poderá promover um benéfico contato com a literatura.

Não se quer dizer, de nenhum modo, que a criação literária substitua a geografia, mas é preciso que se considere uma possibilidade de complementação enriquecedora. É daí a necessidade de promover a relação geografia-literatura como veículo de educação no ensino médio. E reconhecer também que, por mais tabelas de dados e comprovações científicas que uma análise geográfica possa fornecer, haverá uma possibilidade de que um artista criador – na alta literatura – com outros recursos tenha o poder de criar uma “realidade infinita”.

Não que o ficcional, o imaginário, mítico, metafísico, nele mesmo, substitua o real. Mas é muito provável – como no caso de Guimarães Rosa – que isso venha “iluminar” e ampliar a percepção do geográfico num poema mágico como o *Grande sertão: veredas*.

No seu ofício de investigar as “verdades” que caracterizam o “real”, em sua penosa travessia do ignorado para o conhecido, o cientista, muitas vezes,

atinge apenas aproximações, “verdades provisórias”. Ao concluir uma pesquisa constata que para uma resposta obtida levantam-se novas indagações. E é isso que impulsiona a ciência.

O Homem humano, comum – de quem Riobaldo é um símbolo – em seu saber limitado, inda obscuro, ante as grandes dúvidas e indagações capitais sobre o real e falso, acima de sua capacidade, recorre à natureza, mediadora dos deuses. Após a emocionante e angustiada vigília nas Veredas Mortas ele ainda não se deu conta da efetivação do “pacto”:

Ele não existe, e não apareceu nem respondeu – que é um falso imaginado. Mas eu supri que ele tinha me ouvido. Me ouviu a conforme a ciência da noite e o ouvir dos espaços, que medeia. Como que adquirece minhas palavras todas; fechou o arrocho do assunto. Ao que eu recebi de volta um adêjo, um gôzo de agarro, daí umas tranqüilidades – de pancada. Lembrei dum rio que viesse adentro a casa de meu pai. (p.398)

Embora incerto de sua condição de pactuário, nasceu nele, dentre dele, a coragem de que carecia para chefiar os jagunços na missão de exterminar os judas. Mas reconhece suas limitações:

As coisas assim a gente mesmo não pega nem abarca. Cabem é no brilho da noite. Aragem do sagrado. Absolutas estrelas!

Notas

- 1 Provavelmente uma famosa entrevista concedida a Ascendino Leite, reproduzida (sem menção à fonte) em Perez (1968).
- 2 Se é verdade que a noção de sertão liga-se a formações vegetais predominantemente não-florestais (cerrados, caatingas), linear ou pontualmente, com ocorrência de matas, naquela parte onde as formações de mata pluvial – litorânea e do interior – se alargam consideravelmente no Sudeste, à medida que se as derrubavam para implantar a cultura do café, não se falava também em Sertão da Mogiana? Sertão de Ribeirão Preto?
- 3 Teste de doutorado de 1972.
- 4 Caso da Willi Bolle (1997-1998), que, partindo da evocação de Antonio Candido (1957) sobre os três elementos básicos: *a terra, o homem, o problema* (em substituição à *luta* euclidiana), mas já apontando as diferenças, defende ardorosamente sua tese sobre a “reescrita”.
- 5 Pelo tempo disponível numa mesa-redonda, evito aqui as transcrições longas.
- 6 Pormenorizada e ao longo da obra a *Metafísica do Grande sertão* e numa brilhante síntese em mesa-redonda no Simpósio Internacional da PUC-Minas – “Realismo e transcendência: o mapa das Minas do Grande Sertão”.
- 7 Caso do Liso do Sussuarão.
- 8 Caso de sucesso parece ser aquele de Viggiano (1974), segundo referência colhida em Heloísa Vilhena de Araújo (1996), em nota ao pé da página 22. Enquanto outros, como Bolle (1997-1998), continuam à procura.

- 9 Em termos de dramaturgia, equivale ao binômio Anagnórise – a passagem do ignorado ao conhecido, ou a solução de uma trama (a identidade) – e Peripécia – o trajeto da identidade no reconhecimento, ou uma súbita mudança na sorte, no curso de uma trama (o destino).
- 10 Essa dificuldade notória parece já haver ensejado a preparação de “Roteiros” para guiar o leitor. O que faz lembrar o quadro geral de cronologia e correlações que – baseado num estudo de Valery Larbaud – o próprio Joyce montou para o seu *Ulisses*, reproduzido na Enciclopédia Britânica, edição de 1970, v.13, p.96B.
- 11 Note-se que a medida federal de não permitir topônimos repetidos – em sedes municipais – é obra do Estado Novo, sugerida pelo IBGE à época do Recenseamento Geral de 1940.
- 12 Lembremo-nos do caso de uma carta que Nhorinhã enviou a Riobaldo e que ele só veio a recebê-la passados oito anos, quando já estava casado com Otacília (p.95).
- 13 Citada em Paulo Dantas (1975, p.9) e repetida em Luiz Otávio Savassi Rocha (1981, p.36).
- 14 Importantíssima carta, muito elucidativa, datada de 25.XI.1963, na qual essa “valoração” é precedida por considerações importantes sobre o fato de ele evitar, em seus livros “o bruxolear presunçoso da inteligência reflexiva, da razão, a megera cartesiana”.
- 15 Numa obra sem capítulos – uma narrativa contínua, mas não-linear –, é difícil localizar citações, a não ser pela paginação (3ª edição). Digamos que entre as p.353 – quando Riobaldo pensa abandonar o grupo de Zé Bebelo à procura dos judas, ao chegar ao Currais-do-Padre – até a p.414, quando encarrega o Seu Habão de levar a pedra de topázio para Otacília.
- 16 Além do já numeroso acervo de estudos de análise – crítica literária e lingüística – dentro da linha de pensamento heleno, judaico, cristão, há os estudos de Heloísa Vilhena de Araújo. Sobre o lado metafísico, há o exaustivo estudo de Francis Utéza.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, H. V. *O roteiro de Deus: dois estudos sobre Guimarães Rosa*. São Paulo: Mandarim, 1996. 556p.
- BIZZARI, E. J. *Guimarães Rosa – Correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. 2.ed. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, T. A. Queiroz Editor, 1980. (Biblioteca de Letras e Ciências Humanas – Série I, Estudos Brasileiros, v.2)
- BOLLE, W. O pacto no *Grande sertão*: esoterismo ou lei fundadora? *Revista USP*, n.36. Dossiê 30 anos sem Guimarães Rosa. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social/USP, p.22-44, dez.-jan.-fev. 1997-1998.
- CANDIDO, A. O sertão e o mundo. *DIÁLOGO*. Revista de Cultura n.8 (número Especial sobre Guimarães Rosa). São Paulo: Sociedade Cultural Nova Crítica, p.5-18. nov. 1957.
- CUNHA, E. da. *Os sertões (Campanha de Canudos)*. 23.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954. 554p.
- DANTAS, P. *Sagarana emotiva*. São Paulo: Duas Cidades, 1975,

GALVÃO, W. N. *As formas do falso: um estudo sobre a Antigüidade no Grande sertão: veredas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. 132p. (Col. Debates – Críticas)

MALINOWSKI, B. K. *Magic, Science and Religion. And other essays*. Glencoe: Lllikois, Free Press, 1948.

MONTEIRO, C. A. de F. O real e o mítico na paisagem do Grande Sertão. Palestra proferida na noite de 4.7.1998, na X Semana Roseana em Cordisburgo, MG. (inédito).

PEREZ, R. *Perfil de João Guimarães Rosa*. Academia Brasileira de Letras – Em memória de João Guimarães Rosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. p.23-6.

ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.

UTÉZA, F. *JGR. Metafísica do Grande sertão*. Trad. José Carlos Garbuglio. São Paulo: Edusp, 1994. 459p.

VIGGIANO, A. *Itinerário de Riobaldo Tatarana*. Belo Horizonte: Comunicação, 1974. 153p.

RESUMO – COMO geógrafo, o autor propõe-se a focalizar na obra prima *Grande sertão: veredas* de João Guimarães Rosa, sondando a veracidade espacial (geográfica) na descrição das paisagens e no uso da toponímia, constatando a excelência na primeira, enquanto, na segunda, algumas vezes ela é *iluminada* por uma simbologia metafísica. Além disso, a veracidade temporal (histórica) na narrativa da personagem central – Riobaldo –, em vez de obedecer a uma seqüência cronológica linear, ela *volteia* segundo o fluxo da memória do narrador.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, História, Literatura, Toponímia, Metafísica, Cronologia.

ABSTRACT – AS A geographer, the autor proposees to focus the geographic aspects involved in the masterpiece *Grande sertão: veredas* by João Guimarães Rosa, allaying the spatial veracity (geography) of the described landscapes and the toponymy, thus ascertaining the excellence of the first aspect, while the second is, sometimes, *enlightened* by a metaphysical simbology. Moreover, in addition to that, the temporal veracity (History) in the narrative of the central character – Riobaldo – instead of obeying a linear and chronological, *flyies about in circles* at the mercy of the narrator's memory flow.

KEYWORDS: Geography, History, Literature, Toponymy, Metaphysics, Cronology.

Carlos Augusto de Figueirido Monteiro é professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. É autor de várias obras, entre elas: *O mapa e a trama. Ensaio sobre conteúdo geográfico em criações romanescas* (Editora da UFSC, 2002). @ – casusto@uol.com.br

Recebido em 25.7.2006 e aceito em 30.7.2006.